

EDITORIAL

Apresentação do Volume 14 Nº 2 de julho-dezembro de 2016

O conjunto de trabalhos disponibilizados neste volume propõe importantes discussões a respeito das condições de vida na sociedade contemporânea, ingressando, principalmente, em análises de crianças e jovens, assim como de outros atores sociais. Vendo as sociedades como uma construção embasada em classes, gêneros, raças e territórios vinculados, além de geradora de relações, esta Revista procura promover uma melhor compreensão dos fenômenos atuais por que passam as crianças e os jovens.

Uma chave de leitura das gerações, a qual contribui para esse entendimento situado, é que essas sociedades se constituem a partir de lógicas de pluridomínio. Isto é, um conjunto de sistemas de domínio que condicionam as possibilidades de implantação autônoma e digna para diversos sujeitos sociais. Assim, aos sistemas de classe -capitalismo-, de raças -racismo-, de gênero -patriarcado-, de territórios -segregação-, incluímos o de gerações -adultocentrismo.

O adultocentrismo se refere a uma categoria de análise que designa um modo de organização social, o qual se sustenta em relações de domínio por parte do adulto, e é imposto como referência unilateral sobre o jovem. Tal noção de idade adulta se justifica em uma certa ideia sobre a chegada da maioridade e em que ela interfere nessas relações sociais, que se sustentam sob a construção de minoridade.

Essa categoria expressa assimetrias relacionais na ordem social imposta, que se produzem em uma gama de fatores diversos e com funções distintas em cada modo de produção e de formação social específica. Isso significa que cada processo social se materializa de forma diferenciada, ou seja, o adultocentrismo condensa, como categoria, as relações de poder daqueles que são maiores de idade, em detrimento dos outros vistos sem poder.

Da mesma forma, essa categoria se operacionaliza por meio de três dimensões que a compõem. Um imaginário social, que impõe uma noção da vida adulta como ponto de referência para os diversos sujeitos sociais, em função do que a pessoa deve ser, o que deve fazer e alcançar para se destacar na sociedade, de acordo com essências definidas no ciclo vital - tanto para a idade adulta, como para outros momentos da trajetória do indivíduo. Essas delimitações se apoiam na reificação do ciclo vital e se consolidam como imagens que estabelecem uma ordem assimétrica polarizada e contraditória entre a idade adulta e outras estruturas do ciclo de vida. Esse imaginário adultocêntrico se constitui em uma matriz sociocultural que determina -naturalizando- o adulto como poderoso, valioso e com capacidade de decisão e controle sobre os demais, ao mesmo tempo que coloca crianças, jovens e idosos em condição de inferioridade e subordinação. Do mesmo modo, esse imaginário que oculta as possíveis contribuições daqueles que são subordinados torna visível somente algumas essências positivas (as que lhe são favoráveis), cristalizando noções de segurança, futuro e mudança para as crianças e os jovens. Uma manifestação dessa matriz de análise se constitui em várias produções institucionais, por meio da socialização, legitimando os imaginários da ordem adultocêntrica.

O adultocentrismo implementa processos econômicos e políticos institucionais que organizam materialmente a reprodução social em diversos âmbitos, delimitando acessos e restrições a certos bens e às decisões políticas que os envolvem, a partir de uma concepção de tarefas de desenvolvimento que correspondem a cada grupo segundo a faixa etária, de acordo com a definição de suas posições na estrutura social. Essa prática é de dominação, uma vez que se registram as capacidades e possibilidades de decisão e controle social, econômico e político naqueles que desempenham papéis que são definidos como inerentes à idade adulta e, ao mesmo tempo, os que desempenham funções definidas como de subordinados: crianças, jovens e idosos. Dessa maneira, a qualidade de distribuição de pessoas

consideradas inferiores é precária, uma vez que não têm abertura para participarem das decisões políticas, ficam alienados da produção de seu trabalho, em seus grupos familiares são submetidos a posições de dependência e em outros sistemas institucionais - educação, política pública, lei, trabalho, consumo, entre outros - lhes são impostos saberes e conhecimentos na transmissão intergeracional.

O adultocentrismo produz modalidades de gestão das corporalidades e sexualidades dos indivíduos de acordo com a posição que lhes é concedida nas estruturas do ciclo vital. Em contextos de sociedades, que se desenvolvem a partir da economia libidinal, destacam-se os modos de gestão para aqueles que se autointitularam possuidores de maturidade e legitimidade para estabelecer normatividades e valorações dos corpos sociais, definindo o que é permitido e o que é proibido. Assim, as pessoas em idade adulta têm permissões para vivenciar as situações de maneira independente -em contexto patriarcal heteronormado, machista, sexista e homofóbico-, enquanto as crianças, os jovens e as pessoas de idade mais avançada passam por subordinação e têm suas aspirações cortadas.

Se esse adultocentrismo é constituído a partir de conformações sociais na história, assumimos a ideia política de que se pode transformar tal fato histórico. Simultaneamente com a evidência de sua existência e caráter, é vital explicar as alternativas desse sistema a partir das fontes analisadas que podem ser sistematizadas.

O fatalismo que circunda algumas análises, as quais propõem o caráter robusto dos sistemas de domínio e uma certa condição natural neles, ficam sobrecarregados ao apresentar o caráter histórico que possuem, pois esse argumento permite verificar as possibilidades de transformação que ficam diretamente dependentes das capacidades políticas de atores que são implantados para essa finalidade. O adultocentrismo pode ser colocado nesse processo, pois é um sistema de domínio que se origina como uma extensão do patriarcado, que foi formado a partir de uma revolução de homens adultos que transformaram as condições políticas e culturais, com base na apropriação econômica, sexual e política das mulheres e das pessoas consideradas inferiores, passando de lógicas de cooperação e solidariedade a lógicas de concorrência e subordinação.

Sugerimos incorporar, além das questões de classe, raça, território e gênero, a especificidade analítica, que permite diferenciar os pontos referentes às posições que, a partir do ciclo vital -geracionais-, são assumidas nos diversos âmbitos institucionais e estruturais. Em relação às noções conceituais utilizadas tradicionalmente, cita-se:

- i. Procurar produzir noções de juventude e adaptações aos jovens, de forma que adquiram seu caráter de construção sociocultural, o que implicaria considerá-los como sujeitos em tempo presente com capacidade constitutiva e de contribuição social, assumindo a influência que as condições estruturais e institucionais das épocas e contextos vivenciados têm nessa construção, assim como as decisões próprias que tomam nessas condições.

Essas noções não de valorizar as especificidades que cada contexto cultural implica nos jovens, promovendo aos seus processos identitários o dinamismo e a possibilidade da diversidade.

- ii. Noções do coletivo juvenil como um âmbito de experimentação fundamental para as identidades juvenis. A validade que esses indivíduos conferem às experiências com os seus semelhantes e a alta valorização que essas vivências têm como parte de suas opções devem ser conhecidas e legitimadas pela pesquisa social, principalmente a que aborda questões da juventude.
- iii. Isso implica um debate sobre as epistemologias em uso, superando epistemes da distância, da assimetria, do encantamento e da fascinação, e substituindo por epistemes da proximidade e do diálogo entre aqueles que promovem a produção de conhecimentos e aqueles que são considerados como sujeitos desse processo. O conceito alternativo se confirma no fato que os jovens possuem saberes potentes que, no momento certo, podem constituir oportunidades interessantes de serem consideradas, de maneira que as epistemes da ação investigativa poderão se modificar.
- iv. O anterior se reforça nos conceitos alternativos ao adultocentrismo, que se veem altamente influenciados pela ativação política juvenil. Assim, tornam-se relevantes a consideração

acentuada da ação política propriamente juvenil, além da necessidade de concepções dinâmicas e emergentes para uma observação com maior capacidade heurística e melhor pertinência política.

- v. Em continuidade com essa concepção do ponto político alternativo, a questão do fator colaborativo como possibilidade para essa ação política -principalmente com os mundos adultos-, constitui-se em um conceito a ser considerado. A colaboração intergeracional é uma alternativa, consolidando-se em uma perspectiva do mesmo tipo: geracional.

A respeito dos mecanismos de análise, para que haja um uso operativo dos conceitos anteriormente assinalados, propomos:

- i. Uma valorização da conflitualidade como um componente do social e do político, que outorga um posicionamento político à construção do jovem, como busca por uma certa ordem desejada. Essa valorização permitirá assumir que o autoritarismo evidenciado na pesquisa social sobre a juventude é um dispositivo próprio do domínio adultocêntrico e, como tal, há de ser conceitualizado e enfrentado politicamente.
- ii. A historização da juventude permitirá contradizer os mecanismos que sustentam os imaginários que naturalizam e tiram possibilidades de transformação das condições que os jovens vivenciam. Esse mecanismo é coerente com epistemes que se desdobram por meio da compreensão contextualizada da juventude.
- iii. A consideração da emergência conceitual, que apresentam as experiências juvenis contemporâneas, as quais tencionam as categorias e epistemes clássicas e abrem novas possibilidades à pesquisa social sobre a juventude, para recriar seus esquemas em uso e para permitir reinventar sistematicamente suas perspectivas e métodos de trabalho na produção de conhecimento.

...

O presente volume está organizado em duas seções. A primeira, Teoria e Metateoria, contém 12 trabalhos. Nela, Isaac Ravetllat-Ballesté oferece uma visão dos Congressos Mundiais pelos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Pré-Congressos Mundiais, cuja finalidade é promover o encontro final de um trabalho de reflexão regional ou local, enquanto fornece documentos e experiências que o nutram e enriqueçam.

A seguir, Juliana Bartijotto, Leda Verdiani Tfouni e Fabio Scorsolini-Comin apresentam uma reflexão sobre o ato infrator, utilizando como fonte o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Código de Menores -no âmbito brasileiro- e a Declaração Universal de Direitos Humanos, sob a perspectiva teórica e metodológica da Análise do Discurso. Os autores mostram como o ato infracional se constitui em um sintoma social e em um mal-estar na sociedade, e como a “medida socioeducativa” se apresenta de forma falha. Em um campo semelhante, Luciene Jimenez e Elisa Meireles Andrade enfocam suas reflexões a respeito da infração e do consumo de drogas, a partir de uma revisão integradora de artigos brasileiros publicados sobre esse assunto.

Jorge Benedicto pondera sobre a cidadania juvenil, conceito o qual ele denomina como de recente popularidade, e a respeito do risco de que estejamos ante uma nova categoria cheia de retórica, mas com falta de conteúdo.

Inti Fernando Fuica-Rebolledo e Constansa Vergara-Andrades abordam os diferentes espaços de sociabilidade juvenil entre estudantes do ensino médio no Chile contemporâneo, variando entre institucionalização e intersticialidade, percebendo certas continuidades e mudanças nos modos de sociabilidade juvenil e evidenciando a busca por autonomia em suas negociações com as instituições e a importância das relações entre os pares na construção de suas identidades. Já Eduardo Langer descreve a educação de jovens em contextos de pobreza urbana na Argentina, atendendo às demandas expressas no cotidiano dos espaços escolares; refere-se aos comportamentos dos jovens, aos seus olhares e a como percebem sua escola, como mostram e denunciam o oculto e o invisível, e dão significado a esses espaços por meio da ironia e do riso.

A partir de uma perspectiva narrativa, Victor Amar-Rodríguez propõe uma estratégia para ler a vida, para compreendê-la e dá-la a compreender, em continuidade à proposta do pedagogo brasileiro Paulo Freire. Também por meio das narrativas, geradoras da paz, da democracia e da reconciliação, Sara Victoria Alvarado, María Camila Ospina-Alvarado e María Cristina Sánchez-León apresentam uma proposta de política hermenêutica ontológica, como um modelo epistemológico para acessar fenômenos sociais, em suas compreensões e possibilidades de transformação.

María Eugenia Córdoba e Claudia Vélez-De La Calle relatam sobre a Transmodernidade sob um ponto de vista teórico, metodológico e ético de Enrique Dussel, que pretende romper com a colonialidade do poder, do saber e do ser no mundo Ocidental, com base no reconhecimento da exterioridade negada, que surge como categoria de análise da Alteridade, a partir do paradigma do Alter-ego.

O conceito de competência apresenta uma alta polissemia, resultando em dificuldades operacionais que podem se expressar em resultados opostos ao que se espera da organização do trabalho e das práticas pedagógicas orientadas por ele. Para esclarecer sobre a sua lógica, Mário Medeiros aborda um quadro de referencial teórico/metodológico do qual faz parte.

María Piedad Marín-Gutiérrez questiona sobre quais são as identidades da universidade latino-americana entre a razão, o mercado e o contexto. Em seu artigo, aborda a evolução e a transição da Universidade na América Latina, mostrando variados panoramas e realidades, em alguns casos contraditórios, mas que são próprios de uma universidade constituída por identidades plurais.

María Soledad Sartori e Marcela Carolina López refletem a respeito da importância do desenvolvimento de habilidades sociais na Síndrome de Turner, principalmente durante a infância e a adolescência, considerando que elas operam como um recurso salugênico para evitar transtornos maiores na vida adulta.

Na segunda seção, Estudos e Pesquisas, é apresentado um grupo de trabalhos de questões referentes a crianças no âmbito educativo. Jorge Alexander Ríos-Flórez e Viviana Cardona-Agudelo estudam os processos de aprendizado de crianças de 6 a 10 anos de idade, que nasceram prematuramente; Celia Renata Rosemberg e Alejandra Stein realizam uma análise longitudinal do impacto de um programa de alfabetização precoce no jardim de infância e na primeira série do ensino fundamental; Erika Isabel Euan-Braga e Rebelín Echeverría-Echeverría relatam sobre os resultados de uma avaliação psicopedagógica de crianças com necessidades educativas especiais, por meio de uma proposta metodológica interdisciplinária; finalmente, Claudia Huaiquían-Billeke, Juan Mansilla-Sepúlveda e Viviana Lasalle-Rivas apresentam os resultados de um estudo das representações de ensino pré-escolar sobre o apego aos jardins de infância em Temuco, no Chile.

No espaço específico para a infância, Karim Garzón-Díaz mostra um estudo dos discursos de meninos e meninas sobre deficiência, em contraste com os cenários teóricos e sociais sobre a deficiência a partir do significado da linguagem, a participação social e suas implicações na formulação e implementação de políticas públicas; posteriormente, Claudia Lorena Carrasco-Aguilar, Tabisa Verdejo-Valenzuela, Domingo Asun-Salazar, Juan Pablo Álvarez, Camila Bustos-Raggio, Sebastián Ortiz-Mallegas, Javiera Pavez-Mena, Demian Smith-Quezada e Nicolás Valdivia-Hennig analisam as concepções de infância implícitas nos discursos da comunidade escolar e seu sentido para a validação de práticas e interações escolares violentas em uma escola primária com altos índices de intimidação dos estudantes para com seus professores; do México, Daniel Hernández -Rosete e Olivia Maya analisam as crenças que favorecem a discriminação escolar de migrantes indígenas bilíngues e descrevem respostas que existem como mecanismos de contracultura escolar; também no contexto indígena, Assis da Costa Oliveira analisa a construção de política diferenciada de intervenção sobre a violência sexual contra os indígenas infantis, com base nas experiências institucionais da rede de proteção do município de Altamira, estado do Pará, no Brasil; do Chile, Boris Valdenegro e Claudia Calderón-Flández exploram os processos de construção de alteridade das crianças por meio dos discursos de interventores sociais, considerando a multiplicidade de tensões existentes entre as representações de infância e as práticas de intervenção; também do Chile, Ana Vergara-del Solar,

Paulina Chávez-Ibarra, Mónica Peña-Ochoa e Enrique Vergara-Leyton apresentam os resultados de um estudo que explorou os discursos acerca da vida infantil e adulta de meninos e meninas de diferentes estratos socioeconômicos de Santiago; em seguida, Laura Frasco-Zuker caracteriza a infância daqueles que trabalham ou trabalharam em contextos familiares em um bairro de uma cidade em Misiones, partindo de uma concepção da infância como categoria sócio-histórica e uma indagação antropológica na perspectiva do ator, em integrantes de três unidades domésticas; finalmente, da Espanha, María de la Villa Moral-Jiménez e Loreto Elvira Pelayo-Pérez analisam fatores vinculados à estrutura e à funcionalidade familiar, assim como de caráter sociodemográfico, relacionados ao comportamento criminoso em adolescentes.

No âmbito juvenil, Beatriz del Carmen Peralta-Duque analisa a participação política de sujeitos jovens nas políticas públicas de juventude em Caldas, na Colômbia, de acordo com suas garantias constitucionais e suas condições sociopolíticas, econômicas e culturais, a partir da Lei nº 375, de 1997 até 2011, ao cumprimento dos períodos da prefeitura; a respeito das condições precárias as quais enfrentam os jovens nos mercados de trabalho, no México, entre 2000 e 2010, Jorge Horbath reflexiona, comparando as diferentes regiões; Diego Quattrini apresenta uma análise da educação da competência “boa presença” dos jovens de setores vulneráveis para ingressar ao mercado de trabalho, na cidade de Mendoza, na Argentina, a partir da perspectiva de Erving Goffman; continuando com o tema jovens e trabalho, Yannet Paz-Calderón, María Herlinda Suárez-Zozaya e Guillermo Campos-Ríos apresentam evidências de que o mercado de trabalho capitalista tornou necessário abrir um espaço dentro da classificação laboral da população, no qual fosse possível inserir os jovens, cuja particularidade principal é que podem se adaptar mais facilmente ao requerimentos desse mercado; em relação ao tema de jovens e conflito armado na Colômbia, Juan Carlos Amador-Baquiro relata, desde a construção social do tempo, sobre os jovens que participam de um festival de cinema e vídeo comunitário na Ciudad Bolívar (Bogotá); Nicolás J. C. Aguilar-Forero procura compreender o lugar que ocupa a comunicação nas formas de ação coletiva juvenil, a partir das experiências organizativas que trabalham pela memória e contra a impunidade: H.I.J.O.S. (“Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia”, contra el Olvido y el Silencio - Filhos e Filhas pela Identidade e pela Justiça, contra o Esquecimento e o Silêncio) e Contagio comunicación multimídia.

Em matéria de educação e juventude, José Alejandro Prieto-Montoya, Lina María Cardona-Castañeda e Consuelo Vélez-Álvarez estudam as relações entre estilos parentais e consumo de substâncias psicoativas em estudantes de ensino médio; sobre a utilização de internet e a dependência por telefones celulares dos jovens de Málaga, reflexionam Julio Ruiz-Palmero, José Sánchez-Rodríguez e Juan Manuel Trujillo-Torres; de Barcelona, Ana Belén Cano-Hila, Angelina Sánchez-Martí e María Inés Massot-Lafón analisam os fatores de risco e de proteção das trajetórias acadêmicas de estudantes imigrantes; também da Espanha, Francesca Salva-Mut, Joan Nadal-Cavaller e Maria Agnès Melià-Barceló apresentam os resultados de uma pesquisa avaliativa sobre os dispositivos que combatem a exclusão social de jovens que abandonaram os estudos com um nível educativo inferior ao de ensino secundário superior -“educação de segunda oportunidade” Esop-; Jaime Alberto Saldarriaga-Vélez analisa as práticas escolares de socialização política, fundamentadas em pedagogias críticas, resultando em processos de formação de subjetividades em jovens; Liliana Mayer e Leticia Cerezo apresentam os resultados da avaliação de um Programa implementado na Argentina, o qual promove a inclusão e a permanência universitária de jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da implantação de dois recursos: bolsa mensal e tutorias; também no âmbito universitário, Iskra Pavez-Soto, Carolina León-Valdebenito e Verónica Triadú-Figueras analisam os resultados de uma pesquisa realizada com estudantes universitários de Santiago sobre suas percepções, atitudes, conhecimentos e comportamentos pró-ambientais; sempre a respeito de educação superior, Gretel Espinosa-Herrera, Juan Manuel Castellanos-Obregón e David Osorio-García reflexionam sobre a relação entre a condição juvenil diferenciada dos estudantes universitários e o uso de substâncias psicoativas.

Sobre assuntos variados, finalmente, são agrupados 7 trabalhos que encerram este volume. César Merino-Soto avalia a percepção da dificuldade dos itens de um questionário de personalidade, em dois grupos de avaliadores: estudantes universitários e professores (juizes peritos); Cleide Ester de Oliveira, Maria de Fátima Pereira Alberto e Nadir de Fátima Borges Bittencourt analisam os discursos incorporados às práticas discursivas de líderes religiosos e políticos que pertencem à bancada evangélica e/ou ultraconservadora, em termos de políticas educacionais para combater a homofobia; Yolima Forero-Rocha e Luis Fernando Gómez-Rodríguez apresentam um estudo de caso descritivo sobre relações de poder entre jovens de uma turma de inglês, em um colégio público de Bogotá, na Colômbia; Ascensión Palomares-Ruiz, Belén Sánchez-Navalón e Daniel Garrote-Rojas analisam os benefícios do Hospital de Pedagogia nas Unidades de Saúde Mental, que recebem pacientes em idade escolar, os quais permanecem longos períodos ingressados, afastando-os do sistema escolar regular; Maria Aparecida Penso e Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza Moraes abordam a reintegração de uma jovem à casa de sua mãe e as razões que deram lugar às múltiplas medidas de atenção residencial; Alberto Prada-Sanmiguel informa a respeito da responsabilidade política dos atores do conflito interno colombiano, principalmente nos casos acontecidos no massacre de El Salado, em fevereiro do ano de 2000; Isabella Cosse analisa de que maneira a personagem “Mafalda” conteve em suas origens uma representação desestabilizadora em termos geracionais e de gênero e uma conotação liminar que facilitou que, décadas mais tarde, ganhasse vida e se convertesse em um mito que dá sentido ao presente; finalmente, Edison Castro-Escobar descreve como têm sido os padrões de migração interna nos municípios da região da Paisagem Cultural de café da Colômbia, tomando como referência os recentes movimentos populacionais, a partir do censo geral de 2005, realizado pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística.

...

Na terceira seção, de Relatórios e Análises, convocamos a edição especial: “Democracia, paz e reconciliação de crianças e jovens na América Latina e no Caribe”, a ser publicada no Volume 15 nº 2, de julho-dezembro de 2017. Esse folheto tem como objetivo difundir novos conhecimentos e produções acadêmicas sobre a relação de crianças e jovens com a democracia, a paz e a reconciliação na América Latina e no Caribe.

De 7 a 11 de novembro deste ano, acontecerá a II Bienal Iberoamericana de Infância e Juventude para a qual estão convidados a participar com fotografias, cartazes, apresentação de experiências sobre infância e juventude, em relação à democracia e à construção da paz. A Bienal tem uma grande oferta de oficinas e apresentações de livros. As entidades que apoiam essa iniciativa são a Universidade de Manizales, o Cinde, o Centro de Estudos Avançados em Infância e Juventude do Cinde e da Universidade de Manizales, e o Grupo de Trabalho Clacso Juventude e Infância: Políticas, Culturas e Instituições Sociais.

Com o propósito de tornar visível a dinâmica de pesquisa e de ensino em ciências sociais na América Latina e no Caribe, podemos citar o VII Congresso Latino-Americano Junji-Omep: “Novos ambientes de aprendizagem na educação infantil de 0 a 3 anos”, que acontecerá de 22 a 24 de junho de 2016, em Santiago, no Chile, e visa criar um fórum de diálogo, reflexão e intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre práticas inovadoras em crianças de 0 a 3 anos nos níveis locais e internacionais.

O Boletim de Novidades Nº 230 da Organização dos Estados Iberoamericanos traz artigos sobre a especialização em educação artística, cultural e de cidadania, oferecido pela Universidade de Valladolid, na Espanha. Outro artigo trata sobre o “Manual de Antigua”, que é um livro que tem como objetivo propor uma metodologia comum e fornecer recomendações práticas para a implementação de pesquisas nacionais sobre a percepção pública da ciência e da tecnologia, para levar adiante as organizações nacionais de ciência e tecnologia da Iberoamérica.

O assunto “Práticas e valores na comunicação social da ciência na Iberoamérica (2013-2015)” está no boletim de Papéis do Observatório nº 8. A promoção da cultura científica, executada no âmbito da linha

de trabalho da percepção pública da ciência e da participação cidadã do Observatório Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (PTU), da Organização dos Estados Iberoamericanos.

A Organização dos Estados Iberoamericanos, em outro documento do boletim, oferece a Especialização em Educação Matemática, para colaborar com todos os Estados da região na formação permanente de professores de matemática de ensino secundário.

A quarta seção da revista, Revisões e Avaliações, oferece, em primeiro lugar, uma interessante entrevista que teve a professora Paula Helena Mateos com o renomado teórico e catedrático argentino Eduardo Bustelo Graffigna, especializado em questões de infância e de políticas públicas. A conversa vai desde sua formação acadêmica e aspectos teóricos específicos da política pública, ao seu desempenho na Unicef e no processo de construção da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e sua ratificação na Argentina.

Lorena Plesnicar continua sua série de diálogos com os principais pensadores e pesquisadores em nosso campo e, neste número, nos oferece uma entrevista com Ernesto Rodríguez, que realiza um trabalho importante no Uruguai sobre questões da juventude e suas implicações no local de trabalho.

Quanto à resenha de livros, mencionamos o surgimento da quarta edição da série latino-americana de Infância e Juventude do curso de Doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude, que publicam o Siglo del Hombre Editores, a Universidade de Manizales e o Cinde, a qual enquadra uma ampla reflexão sobre as diferentes leituras de entrada para a discussão sobre o gênero, a partir das possibilidades da pedagogia crítica latino-americana.

“Jovens, juventude, participação e políticas. Associados, organizados e em movimento” é uma publicação dos pesquisadores do Observatório da Juventude da Universidade Nacional da Colômbia, que lidam com a análise mais recente dos processos organizacionais, da construção da paz e da participação dos jovens em Bogotá.

O livro “Do bom selvagem ao cidadão (a ideia de infância na história)” -das Edições Junji (Chile)-, cujo propósito é mostrar a relação inevitável entre a concepção de infância e as aspirações da sociedade e do ser humano aspiracional.

A participação infantil e juvenil deveria ser um pilar fundamental nas políticas e nos programas destinados às crianças e aos adolescentes. Isso é proposto no livro “Políticas de inclusão social da infância e da adolescência. Uma perspectiva internacional”, porque a participação é imposta como um exercício essencial para responder com êxito aos desafios e problemas do nosso tempo.

Do projeto de pesquisa “Promoção do conhecimento e da identidade, o desenvolvimento de atividades de formação com foco na juventude e no aconselhamento e promoção da convivência e dos direitos humanos e da juventude”, implementado pela Secretaria de Juventude da Prefeitura de Medellín e operado pelo Instituto de Estudos Políticos, se deriva do texto “A pesquisa-ação e a educação popular. Opções para os jovens de Medellín para a compreensão e transformação de seu bairro”, o qual apresenta a experiência dos jovens de quatro distritos da cidade de Medellín, na Colômbia, que priorizaram no Orçamento Participativo a pesquisa social como uma estratégia para saber o que os deixam incomodados e o que eles gostam, visualizando e compreendendo a realidade de seus ambientes de vizinhança e transformando as práticas sociais que consideram problemáticas.

Em seguida, publicamos uma carta ao editor e sua resposta em relação ao artigo “Adaptação e validação do Faces-20-ESP: Reconhecendo o funcionamento familiar em Chillán, no Chile” e que foi publicado no Volume 10 nº 1, de janeiro-junho de 2012, da Revista Latino-americana de Ciências Sociais, Infância e Juventude.

Concluimos esta seção com apresentação de teses doutorais de graduados no curso de Doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude da Universidade de Manizales e do Cinde. Em primeiro lugar, está o trabalho “Crianças e Jovens Construtores da Paz”. Uma experiência de Paz Imperfeita da potencialização de subjetividades políticas”, como exercício de compreensão do programa Crianças e Jovens Construtores da Paz, desenvolvido pelo Centro de Estudos Avançados em Infância e Juventude da aliança Cinde-Universidade de Manizales, por mais de dezoito anos como uma alternativa de reconfiguração coletiva dos processos de construção de paz no país.

Da experiência como professor em diferentes níveis da educação, em outra tese, o autor configurou seu objeto de pesquisa, inquieto pelos efeitos do ato pedagógico que separa a teoria da prática e que o leva a estudar o *corpus* problemático no desempenho profissional dos professores do Projeto Acadêmico de Pesquisa e Extensão de Pedagogia na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Distrital Francisco José de Caldas em Bogotá, na Colômbia.

Outra tese exibida é “Formas de subjetividade política em jovens ativistas de movimentos identitários sexo/genéricos em várias cidades da Colômbia” e procura mostrar as formas de subjetividade política que produzem e implementam os líderes com ampla experiência no ativismo LGBTIQ e nos movimentos de identidade com base na diversidade de gênero-sexo em várias cidades da Colômbia.

“Direitos da criança: Do discurso à política local, análise do caso Bogotá” é produto de um estudo de caso de tipo qualitativo sobre a política pública de infância e adolescência da cidade de Bogotá, que partiu da pergunta sobre como se tem interpretado e incorporado os direitos de crianças e adolescentes no desenho e implementação da política.

Por último, “Os vínculos na educação inclusiva: O caso do Colégio República Bolivariana da Venezuela i.e.d Bogotá-Colômbia” é uma tese que apresenta os resultados da pesquisa em torno da pergunta: “Como são os vínculos que surgem das dinâmicas de construção de um projeto de educação inclusiva no Colégio República Bolivariana de Venezuela?”, o qual procurou compreender como se constroem as conexões que emergem das relações e das interações entre os atores dos subsistemas de um projeto de Educação Inclusiva e para a diversidade.

O Diretor-Editor,

Héctor Fabio Ospina

O editor convidado,

Klaudio Duarte-Quapper

Sociólogo e Educador Popular. Doutor em Sociologia pela Universidade Autônoma de Barcelona. Acadêmico do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Chile. Diretor do Projeto Círculo de Jovens (SOC 1108).

Editoras associadas,

Sônia Maria da Silva Araújo

Universidade Federal do Pará, Brasil.

Liliana Del Valle

Secretaria da Educação de Medellín, Colombia.

Marta Cardona

Integrante do Coletivo Coordenador do Mestrado em Educação e Direitos Humanos da Universidade Autônoma Latinoamericana, Medellín, Colombia.